

RECEBIDO EM: 09/01/2019

APROVADO EM: 16/04/2019

**O ESTADO E O SEU PAPEL NA SOLUÇÃO  
DAS CRISES CÍCLICAS DO CAPITALISMO:  
UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CRISE  
ECONÔMICA DE 2008**

***THE STATE AND ITS ROLE IN THE SOLUTION OF THE  
CYCLICAL CRISES OF CAPITALISM: A REFLECTION  
FROM THE ECONOMIC CRISIS OF 2008***

*Gilvânklím Marques De Lima*

*Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB.*

*Juiz Federal em Campina Grande - PB.*

SUMÁRIO: Introdução; 1 Crise: caracterização do momento; 2 A Crise de 2008: origens e consequências; 2.1 As origens da Crise de 2008; 2.2 A Crise de 2008 se globaliza; 3 O papel do Estado na solução das crises do Capitalismo; 4 Conclusão; Referências.

**RESUMO:** O presente trabalho busca analisar se o Estado ainda possui um papel relevante no enfrentamento das crises cíclicas do capitalismo. Como problema de pesquisa, questiona-se qual seria o espaço ainda ocupado pelo Estado nestes cenários de crise. Parte-se da hipótese de que o Estado ainda é o agente que possui os melhores instrumentos para o enfrentamento destas crises. A partir do estudo da forma como o Estado Americano atuou na crise que inicialmente surgiu no segmento de hipotecas dos Estados Unidos, com reflexos posteriores sobre a economia global, conclui-se que o Estado, mesmo enfraquecido e endividado, ainda é um ator relevante e fundamental no enfrentamento das crises do capitalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Capitalismo. Crise de 2008. Intervenção.

**ABSTRACT:** This paper seeks to analyze if the State still has a relevant role in facing the cyclical crises of capitalism. As a research problem, it is questioned what would be the space still occupied by the State in these crisis scenarios. It starts from the hypothesis that the State is still the agent that has the best instruments to deal with these crises. From the study of the way in which the American State acted in the crisis that first arose in the mortgage segment of the United States, with later reflections on the global economy, it is concluded that the State, even weakened and indebted, is still a relevant actor in face of the crisis of capitalism.

**KEYWORDS:** State. Capitalism. Crisis of 2008. Intervention.

## INTRODUÇÃO

O ano de 2008 foi marcado, no cenário econômico, por mais uma das crises cíclicas do capitalismo. Desta vez, um incremento na concessão de crédito para aquisição de imóveis nos Estados Unidos, sem as cautelas necessárias, provocou, inicialmente, um aumento descontrolado no preço dos imóveis, seguido de elevação da inadimplência nos pagamentos das dívidas garantidas por hipotecas, o que colocou em xeque a confiança na capacidade das instituições financeiras em honrar a liquidação dos depósitos sob sua responsabilidade, ensejando uma crise de liquidez que se disseminou pela economia global.

Partindo dos estudos desenvolvidos por Bauman e Bordoni (2016) a respeito da crise da modernidade e nas pesquisas realizadas por Lapavistas (2009) relativas à fase financeira do capitalismo, procuramos avaliar o papel do Estado na resolução das crises cíclicas que são inerentes a este modelo, bem como avaliamos as considerações que se propagam atualmente no sentido de que o Estado perdeu a capacidade de assumir um papel relevante na crise global, não havendo sido, ainda, identificado um agente capaz de assumir a responsabilidade de propor e levar adiante soluções para a crise da modernidade.

Mediante a aplicação do método de abordagem indutivo, avaliamos o papel que o Estado Americano desempenhou na superação da crise de 2008, tendo como hipótese inicial a de que o Estado, mesmo fragilizado, continua exercendo um papel fundamental na solução das crises do capitalismo, o que sinaliza que a solução da crise atual ainda pode e talvez deva ser buscada em suas estruturas de intervenção e regulação da economia.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. Na primeira, analisamos o que caracteriza um momento de crise. Na segunda, procuramos identificar as origens da crise de 2008 e as consequências econômicas e sociais advindas dela para a economia global. Na última parte, discorreremos a respeito do papel que o Estado possui na identificação de possíveis soluções para as crises cíclicas do capitalismo, uma vez que ainda não foi encontrado um ator político e social que possa assumir, a contento, a posição estratégica que o Estado ainda ocupa. Ao final, analisamos a validade da hipótese proposta e apresentamos as conclusões deste estudo.

## 1 CRISE: CARACTERIZAÇÃO DO MOMENTO

As grandes transformações sociais são antecedidas de períodos de perplexidade e incertezas, que trazem inquietações por dificuldades de se vislumbrar, com segurança, o que virá após o momento nebuloso que se

vivencia. Tem-se uma crise quando a única certeza que se possui é a de que as estruturas socioeconômicas existentes no momento não mais persistirão por muito tempo e algo novo, cujas características não se conhece muito bem, está para despontar no horizonte.

De acordo com Bauman e Bordoni (2016, p. 20), “ A crise é um momento de decidir que procedimento adotar, mas o arsenal de experiências humanas parece não ter nenhuma estratégia confiável para se escolher. ”

O ser humano médio busca previsibilidade em relação ao seu futuro. Com raras exceções, os indivíduos não encontram paz de espírito quando não possuem um mínimo de segurança de que terão como suprir as suas necessidades básicas no porvir. O que traz a desestabilização social nos momentos de crise é exatamente essa supressão de balizas que portem um mínimo de previsibilidade em relação ao amanhã.

Bauman e Bordoni (2016, p. 122), chamam de interregno os

tempos nos quais se acumula quase diariamente a evidência de que os modos velhos, familiares e testados de fazer as coisas já não funcionam; ao passo que seus substitutos mais eficientes ainda não são visíveis – ou são precoces, voláteis e rudimentares demais para serem percebidos ou levados a sério quando (e se) percebidos.

A crise, portanto, pode ser vista como a implosão das estruturas existentes e que forneciam segurança e um mínimo de previsibilidade aos indivíduos. O momento do interregno é aquele em que se constata que os mecanismos com os quais se lidava com os problemas que até então surgiam já não mais funcionam e aqueles capazes de substituí-los a contento ainda não foram encontrados.

O vivenciar de um momento de crise é doloroso. A insegurança com relação ao que se consolidará em substituição ao que existe atormenta e desestabiliza os indivíduos. Cada um sabe que a transformação da realidade até então conhecida é iminente e tem a consciência de que ela não pode ser paralisada. É no momento de crise que afloram com mais força os preconceitos, a intolerância em relação ao diferente, que passa a ser responsabilizado pela crise que se vivencia, devendo, portanto, ser erradicado, como se isso fosse suficiente para contorná-la.

A raiva dos afetados pela crise se volta contra o que eles erroneamente consideram a sua causa. Durante a chamada revolução industrial, por

exemplo, os trabalhadores que se encontravam perdendo os seus empregos por causa da mecanização se voltaram contra as máquinas, alçadas à categoria de responsáveis pela supressão dos postos de trabalho. Durante a crise do liberalismo nos anos 30, o nazismo encontrou nos judeus, ciganos e outras minorias os bodes expiatórios para serem responsabilizados pela perda de poder aquisitivo e consequente pauperização da maior parte da população da Alemanha, o que acabou por se difundir para outras nações da Europa e levou à Segunda Guerra Mundial.

A crise estimula o discurso da jardinagem social. Como se tem indivíduos que passam a ser responsabilizados por ela, então são considerados ervas daninhas a serem erradicadas. Os demais, tidos por desejáveis, devem ser cultivados, a fim de que se reproduzam e passem a ocupar todos os espaços na sociedade. Esse tipo de visão acabou, por exemplo, por gerar a eugenia que foi muito difundida na Europa durante as primeiras décadas do século XX, tendo sido levada, até as últimas consequências, pelo nazismo (BAUMAN, 1999, p. 35-39).

Ela é uma fase de esgotamento do que se teve até o presente e sinaliza que algo novo surgirá, mas não se sabe exatamente o que é. Lutar contra a dinâmica da transformação em curso é inócuo, constituindo ato de desespero dos atingidos, cujo maior perigo se encontra na canalização dos sentimentos errantes da população em pânico em favor de ideologias que somente aprofundam o sofrimento, tal como o fascismo, o nazismo e o stalinismo.

## **2 A CRISE DE 2008: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS**

O ano de 2008 marcou, na economia, o cenário de uma crise de liquidez localizada no segmento de hipotecas nos Estados Unidos, o que provocou uma convulsão acentuada nos mercados globais, cujos efeitos persistem até o momento e ainda não se tem certeza de quais serão as consequências que advirão daquele momento.

De acordo com Lapavitsas (2009, p. 19 e 22), pode-se dizer que a crise de 2008 decorreu de falta de liquidez do sistema financeiro, que acabou por contaminar a economia real. Segundo ele, o capital emprestável era abundante no mercado, mas havia escassez de meio líquido, ou seja, dinheiro, para fazer frente às obrigações das instituições financeiras.

Uma vez produzido um espírito de desconfiança em relação à capacidade dos bancos em honrar os depósitos de que eram titulares,

provocou-se uma corrida dos correntistas até às instituições financeiras para sacar os seus depósitos e, não havendo dinheiro disponível para honrar integralmente esses saques, ocorreu uma convulsão na economia real, pois se passou a desconfiar seriamente da capacidade dos bancos de restituir os valores depositados.

As raízes da crise, no entanto, são mais profundas. 2008 marcou, apenas, o seu estopim.

## 2.1 AS ORIGENS DA CRISE DE 2008

O final da Segunda Guerra Mundial consolidou na Europa o Estado de Bem-Estar Social ou Estado Providência. Trata-se de um modelo de organização estatal no qual o Estado exerce uma forte influência no cenário econômico e se responsabiliza pela prestação direta de serviços considerados essenciais à população. Ele constitui, segundo Bauman (2001, p. 153 e 182), o resultado da convivência do capital e do trabalho no mesmo ambiente, relacionamento típico da fase por ele denominada de “capitalismo pesado”.

Sem romper com o modo de produção capitalista, uma vez que a iniciativa privada continua a existir e a obtenção de lucro decorrente da atividade econômica não é condenada, o Estado, no entanto, intervém com força na economia, regulando a atuação dos agentes econômicos e protegendo os mais vulneráveis socialmente.

É no modelo de Estado de Bem-Estar Social que se desenvolvem os sistemas públicos de saúde voltados ao atendimento universal da população, os modelos de previdência com foco na assistência aos trabalhadores quando do acometimento de riscos sociais, que inviabilizem ou mitiguem a capacidade de obtenção da subsistência por meio do trabalho, bem como busca assegurar um mínimo de acesso à educação aos integrantes das classes trabalhadoras.

Esse modelo de Estado, que alcançou o seu apogeu durante os anos sessenta do século XX, também se colocava como um contraponto ao modelo de organização socialista que se estabelecera no leste europeu, capitaneado pela extinta União Soviética.

O Estado Providência se propunha, portanto, a mitigar as tensões sociais decorrentes da desigualdade social que é inerente ao modo de produção capitalista mediante a prestação de serviços essenciais à população

e, com esse agir, propunha-se a enfraquecer os movimentos de contestação voltados à modificação da forma de organização social capitalista.

O Estado de Bem-Estar Social, no entanto, possui custos acentuados que precisam ser financiados por meio de uma tributação elevada, para fazer frente à suas despesas. Piketty (2014, p. 465), ressalta que durante a fase inicial do Estado Social, o poder público - em virtude da participação acentuada nas riquezas nacionais por meio da arrecadação de tributos, assumindo entre um quarto e um terço da renda nacional, dependendo do país - foi capaz de arcar com prestações importantes de serviços demandados pela população, como saúde e educação.

Essa interferência estatal no mercado, acompanhada de uma carga tributária crescente, fez surgir questionamentos ao modelo estatal em apreço que foram se acentuando a partir dos anos 70 do século XX, sendo contidos, apenas, pela necessidade de se fazer o contraponto ao bloco socialista então existente.

Com o desmantelamento da União Soviética<sup>1</sup> no início dos anos noventa do século XX e a implosão do bloco socialista, disseminou-se que o modelo capitalista havia vencido a guerra ideológica e se confirmava como o único modo de organização econômica e social capaz de perdurar no tempo.

Esse novo cenário aprofundou as críticas ao Estado intervencionista, considerado perdulário e ineficiente, fazendo ressurgir, sob uma nova roupagem discursiva, o antigo modelo liberal, baseado numa suposta autorregulação dos agentes econômicos pelo mercado.

Micklethwait e Wooldridge (2015, p. 224), defendem, por exemplo, uma ampla reforma na estrutura do Estado, fundamentada nos seguintes pontos: a) revitalização dos modelos de privatização, retirando o Estado de atividades que não sejam de sua competência; b) corte de subsídios; c) reforma dos direitos sociais, a fim de assegurar que eles atendam a quem realmente necessita de proteção do Estado, devendo os modelos de proteção social serem sustentáveis a longo prazo.

O Estado, antes tido como um agente fundamental na prestação de serviços em favor da coletividade, passou a ser visto como um ator que atrapalha o desenvolvimento econômico, defendendo-se que a sua atuação na economia deve ser a mínima possível, restrita tão somente a

1 A União Soviética foi formalmente extinta no dia 26 de dezembro de 1991. No dia anterior, o seu último líder, Mikhail Sergueievitch Gorbachev, havia renunciado e declarado extinto o seu cargo, transferindo os seus poderes, inclusive o controle do arsenal nuclear, para o então presidente da Federação Russa, Bóris Iéltsin.

proteger um ambiente dotado da segurança necessária para que as relações econômicas possam se desenvolver livremente.

Essa retirada gradativa do Estado do papel de provedor de serviços básicos para a população, explica Lapavitsas (2009, p. 42-43), fez do acesso ao crédito para o custeio de despesas com saúde e educação, por exemplo, assumir importância acentuada no cotidiano das famílias de trabalhadores.

Os rendimentos que auferem do seu trabalho, em geral, não são suficientes para a contratação dos serviços que, em outros tempos, eram providos pelo Estado, impondo aos trabalhadores o recurso aos bancos em busca de crédito, a fim de custearem essas despesas, o que os tornam reféns do sistema financeiro.

Esse cenário no qual a renda dos trabalhadores assumiu uma importância muito grande para a lucratividade dos bancos, fez eles se distanciarem do capital industrial e comercial, voltando a sua atenção para os rendimentos dos particulares (LAPAVITSAS, 2009, p. 7-8).

Tem-se um crescimento econômico estimulado não pela produção de riquezas, mas fomentado pelo consumo, estimulado por uma renda fictícia dos trabalhadores, pois depende do acesso ao crédito, de sorte que, ao se restringir esse acesso, a capacidade de consumo das famílias é reduzida sensivelmente, contendo a expansão da economia.

A presença do capital financeiro, representado pelos bancos, é fundamental para que esse quadro de crescimento estimulado pelo consumo possa se manter. Não há incremento de renda dos trabalhadores. O que existe é a utilização dos seus rendimentos como capital apropriável pelos bancos, que em troca lhes fornece crédito, mediante pagamento de juros, que acaba por consumir, ao final, a própria renda dos trabalhadores.

É por isso que a contratação de empréstimos para a liquidação de outras dívidas preexistentes se tornaram constantes. Os bancos se apropriam dos recursos em circulação na sociedade de duas formas: por meio da captação do excedente de capital gerado pela produção industrial ou pelo lucro produzido por outros segmentos econômicos, que são investidos nessas instituições financeiras em troca de uma remuneração<sup>2</sup>; e mediante

---

2 Ocorre, nessa primeira situação, a acumulação financeira, vista como a “centralização em instituições financeiras especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37)”.

a apropriação de parte da renda dos que recorrem ao crédito ofertado pelos bancos para suprir as suas necessidades de consumo.

Os bancos passaram de agenciadores do capital necessário ao desenvolvimento industrial e do setor de serviços para fomentadores do rendimento produzido a partir da aplicação do próprio capital.

Mediante intrincadas relações travadas no âmbito do mercado financeiro, o capital é investido em títulos que são comercializados dentro do próprio mercado e não investidos na produção de bens e serviços. O capital, portanto, produz rendimentos a partir da replicação de si mesmo, não se materializando em nenhuma produção na economia real.

O investimento no mercado financeiro não se volta, precipuamente, ao estímulo de um segmento da economia real. Ao contrário, o que se busca, mediante o acesso a taxas de retorno que podem ser pré ou pós fixadas, é assegurar um incremento no próprio capital investido na aquisição de títulos emitidos por Estados, conhecidos como títulos da dívida pública ou emitidos por agentes privados, que podem ser bancos, companhias e outros agentes da economia real ou virtual.

A lógica de investimento numa determinada atividade produtiva, a fim de se obter retorno a partir do êxito econômico dela decorrente, vem sendo deixada gradativamente no passado. O investimento, na fase financeira do capital, é feito em títulos, que podem não se encontrar atrelados a nenhum segmento da economia real, de forma que o rendimento produzido advém da especulação gerada com a comercialização dele mesmo, baseada na confiança de que em determinado momento futuro o seu valor de comercialização no mercado financeiro será maior do que o apresentado em dado momento.

Chesnais (2005, p. 50) explica que “estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos, e da liquidez, a propriedade ‘miraculosa’ de ‘gerar filhotes’.”

Essa forma de comportamento do capital financeiro é muito propensa à produção de crises sucessivas, que podem ser muito profundas, com reflexos marcantes na economia real. Isso porque o retorno do capital investido deixa de ser proveniente do êxito econômico de um determinado empreendimento e passa a depender exclusivamente da confiança do mercado na valorização crescente de um título. Se um clima de desconfiança

é produzido e ele se dissemina no mercado, a classe de títulos atingida tem o seu valor reduzido a praticamente nada, fazendo que as fortunas desapareçam durante um pregão da bolsa de valores.

É a partir desse pano de fundo que a crise econômica de 2008 precisa ser avaliada.

## 2.2 A CRISE DE 2008 SE GLOBALIZA

Os bancos americanos, com as suas operações de crédito voltadas majoritariamente para a renda privada dos trabalhadores, sem a adoção das cautelas adequadas - pois se admitia, inclusive, a contratação de empréstimos para a liquidação de operações antecedentes baseados na mesma garantia já ofertada pelo mutuário - fez com que os trabalhadores permanecessem endividados de forma indefinida, o que acometeu o mercado, em certo momento, com a desconfiança relativa a solvabilidade do modelo de crédito, embora as agências de avaliação de risco de crédito não tenham apontado a possibilidade de comprometimento da saúde do mercado financeiro, antes do colapso do sistema ocorrido em 2008.

Isso começou a ocorrer com o sistema de hipotecas. Os trabalhadores, sem condições de acumular recursos suficientes para a aquisição de moradias, precisavam recorrer aos bancos para a obtenção de crédito destinado à compra de tais bens.

Como garantia pelo pagamento da dívida, os mutuários ofereciam a mesma propriedade imóvel objeto do financiamento, de forma que, ocorrendo o inadimplemento da dívida numa determinada fase de execução do contrato, o banco financiador se apropriava do imóvel, que era vendido e com o valor obtido o saldo devedor do financiamento era liquidado e o eventual remanescente, se existisse, era devolvido ao mutuário.

Com o excesso de capital emprestável em posse dos bancos e com o aprofundamento das operações financeiras voltadas para a renda privada, em especial dos trabalhadores, houve um incremento na oferta de recursos para a aquisição de imóveis sem uma avaliação mais cautelosa a respeito da capacidade do mutuário de honrar os compromissos financeiros assumidos.

Isso provocou, segundo Harvey (2015, p. 34), uma diferenciação acentuada entre o valor de troca e o valor de uso das habitações. Em suas palavras:

No colapso mais recente do mercado imobiliário dos Estados Unidos, cerca de 4 milhões de pessoas perderam suas casas por execução de hipoteca. A busca de valor de troca impediu que elas tivessem acesso à habitação como valor de uso. Um número incontável ainda está “com a corda no pescoço” por causa dos financiamentos hipotecários: essas pessoas compraram uma casa no auge do boom e agora devem a uma instituição financeira mais dinheiro do que a casa vale no mercado. Proprietários não conseguem se desfazer de suas propriedades e se mudar sem uma perda substancial. No auge do boom, o preço das casas estava tão alto que muitas pessoas não conseguiam ter acesso a seu valor de uso sem assumir uma dívida que no fim, não conseguiam pagar. Depois do colapso, o peso financeiro de ter de arcar com um grupo de valores de uso teve efeitos nitidamente nocivos. Em suma, a busca desenfreada do valor de troca destruiu a capacidade de muitas pessoas de adquirir e sustentar o acesso aos valores de uso da habitação.

Isso fez com que os preços dos imóveis subissem de forma descontrolada, estimulando o refinanciamento de hipotecas antigas com base no novo preço de mercado do imóvel. Com o excedente obtido, o proprietário investia no consumo de novos bens ou serviços.

As dívidas garantidas pelas hipotecas eram reunidas e transformadas em títulos comercializados pelos bancos. Assim, a rentabilidade desses títulos tinha como fundamento econômico a própria valorização dos imóveis que serviam de garantia das dívidas, bem como a capacidade de pagamento dos mutuários.

As limitações de crescimento da renda dos trabalhadores contratantes dos empréstimos garantidos pelas hipotecas não foi um fator devidamente considerado pelos bancos. Assim, como uma parte considerável dos mutuários era composta de trabalhadores de menor renda, como negros, mulheres e latinos, a perda de emprego ou mesmo as limitações de rendimentos deram ensejo a inadimplementos crescentes, aumentando o número de retomada de imóveis.

Isso provocou um incremento no número de imóveis disponíveis para comercialização, fazendo os preços caírem, produzindo uma crise de confiança nos títulos emitidos pelos bancos lastreados em dívidas hipotecárias, de forma que os portadores desses títulos também buscaram retirá-los de suas carteiras de investimento o mais rápido possível, o que os levou a uma acentuada perda de valor.

Como os títulos emitidos com base nas hipotecas de liquidação duvidosa haviam sido incorporados às carteiras de bancos e investidores de todo o mundo, uma crise de confiança que, a princípio, se localizara num segmento bastante limitado da economia americana, disseminou-se por todo o mundo, provocando verdadeiros tremores na economia mundial.

De acordo com Lapavitsas (2009, p. 12-13), a crise americana de 2008 se globalizou porque as hipotecas de liquidação duvidosa foram titularizadas e comercializadas em bloco com instituições de todo o mundo, que as haviam incorporado aos seus ativos. No momento em que as dívidas hipotecárias deixaram de ser honradas, esses títulos perderam credibilidade no mercado, gerando o ambiente de pânico que culminou na crise de liquidez de 2008.

Uma vez instaurada a crise, a tão propalada capacidade de autorregulação do mercado financeiro foi colocada à prova. O que se viu, no entanto, foi uma sucessão de falências de grandes bancos, até então considerados sólidas instituições financeiras, deixando atônitos correntistas que, não raro, haviam confiado as economias de toda uma vida à gestão daquele banco falido.

Como se tinha uma crise de liquidez, pois não havia meios líquidos, ou seja, dinheiro suficiente em poder dos bancos para fazer frente às suas obrigações, explica Lapavitsas (2009, p. 19 - 54) que a solução encontrada para a crise foi o comprometimento de parte dos fundos públicos oriundos das contribuições arrecadadas dos cidadãos em geral para solver as dívidas contaminadas que os bancos haviam incorporado aos seus balanços.

O Estado passou a atuar, portanto, utilizando os recursos dos contribuintes para socorrer os bancos em dificuldades. Por outro lado, os trabalhadores vulneráveis, que se encontravam perdendo os seus imóveis, foram deixados à própria sorte, não recebendo qualquer assistência estatal.

### **3 O PAPEL DO ESTADO NA SOLUÇÃO DAS CRISES DO CAPITALISMO**

O discurso do Estado mínimo que tanto vem se disseminando nos últimos anos foi colocado à prova durante a crise de 2008 e o que se viu, na verdade, foi que a capacidade de autorregulação do mercado e os mecanismos de resolução de suas próprias crises continuam sendo uma falácia, o que já ficara demonstrado durante a crise de 1929.

Como se viu durante a implosão do liberalismo clássico, a capacidade do mercado de resolver as crises que produz, sem a interferência do Estado, não se sustenta. O grande problema da atualidade e que faz da crise presente mais perversa é a limitada capacidade de atuação do Estado decorrente do seu endividamento e da inexistência de meios próprios que possam ser utilizados de forma eficiente na contenção da crise.

Explicam Bauman e Bordoni (2016, p. 10 - 12), que a crise industrial de 1929 foi superada por meio da intervenção firme do Estado, que passou a atuar como um indutor direto da atividade econômica. Mas, durante a crise atual, com Estados endividados e fragilizados, essa capacidade de intervenção estatal é bastante limitada.

Esse quadro decorre, segundo Chesnais (2005, p. 24), do modo de financiamento das despesas públicas baseado no endividamento em lugar da cobrança de tributos. Assim,

Os juros devidos sobre o principal da dívida (serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo (CHESNAIS, 2005, p. 39).

Como ao Estado vem sendo imposta a retirada da atividade econômica, mediante programas de privatizações e a sua capacidade de tributação é objeto de questionamentos - pois se sustenta que a tributação implica subtração de capital produtivo que poderia ficar em posse dos agentes econômicos e acaba sendo transferido para uma estrutura ineficiente e perdulária como o Estado - o resultado disso é um Estado fragilizado e, conseqüentemente, incapaz de intervir nas crises cíclicas que são produzidas pelo capitalismo.

Os Estados Unidos tiveram condições de intervir durante a crise de 2008 não porque dispusessem de recursos excedentes em posse do Tesouro para serem utilizados no socorro aos bancos. Na verdade, o Estado Americano amarga há anos um *deficit* crescente, que vem sendo financiando mediante a extração de recursos dos demais países, em especial dos mais pobres, pois emitem a moeda que se converteu em divisa mundial, ou seja, o dólar americano, o que viabiliza a extração de riquezas dos demais países “no contexto da financeirização e do fluxo de capitais livres” (PAINCEIRA, 2011, p. 333).

De acordo com Paineira (2011, p. 349-350), os crescentes déficits comerciais dos Estados Unidos são financiados pela emissão de títulos

da dívida pública que são comercializados globalmente, possuindo como garantia a promessa do governo de que serão honrados em dólar.

No entanto, quando os demais países se deparam com um quadro em que a intervenção estatal se faz necessária para solucionar as crises produzidas pelo capitalismo, não se encontram em posse de mecanismos de atuação eficientes.

A crise de 2008, pontualmente solucionada no mercado americano por meio da intervenção do Estado, permanece produzindo frutos nefastos ao redor do mundo, incapaz de ser combatida por Estados fracos e endividados.

Hoje o que se vislumbra no horizonte é uma disseminação global de problemas que são deixados como externalidades de um sistema que não mais possui raízes. A imigração da mão de obra excedente, em busca de emprego e melhores condições de vida em países distantes pressiona os sistemas locais de saúde, educação e emprego. Cria-se um cenário, nas palavras de Bauman e Bordoni (2016, p. 149-150), em que os problemas globais buscam soluções localizadas, num fenômeno que ele denomina como “glocalização”<sup>3</sup>.

A desconstrução do Estado como autor principal na busca de solução para problemas generalizados na sociedade possui implicações graves. Reduzir o seu papel ao de aparelho de coerção organizado com a finalidade de impor a ordem, é algo que o torna incapaz de atuar como um agente relevante na solução das crises produzidas pelo capitalismo.

Não se defende aqui a existência de um Estado forte, absolutista, que controle todos os segmentos da vida em sociedade<sup>4</sup>. Isso seria um outro extremo cujos efeitos nefastos já se conhece de longa data. O que se sustenta é que o Estado deve possuir os instrumentos necessários para agir de forma relevante nas situações de crise. Para isso, ele precisa controlar setores estratégicos da economia, quer por meio direto, quer mediante agências de regulação que sejam capazes de se impor aos agentes econômicos e não serem controladas por eles.

O Estado também não pode abdicar dos meios necessários para promover a equalização econômica na sociedade. O desmonte dos modelos

3 Bauman e Bordoni (2016, p. 150), definem “glocalização” como sendo “centros locais de conserto fornecendo serviços e reciclando a produção da indústria global de problemas”.

4 Isso seria um modelo de Estado com inspiração totalitária, tal como se verificou no nazismo alemão e no stalinismo soviético.

de atenção universal à saúde e de previdência por repartição que se verifica na atualidade terão como consequência transferir para a indigência setores importantes da população, aumentando a desigualdade e o sofrimento de parcelas crescentes dela.

O desenvolvimento econômico visto nas últimas décadas não trouxe como consequência uma melhor distribuição da renda. O que se constata é um aumento da concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, que desperdiçam dinheiro com futilidades, enquanto um grande contingente da população sequer possui segurança alimentar<sup>5</sup>.

Como justificar um aumento do número de bilionários, inclusive em países com graves distorções na distribuição de renda como o Brasil, quando o mundo continua rodeado de famintos e desassistidos? Alguma coisa provavelmente se encontra muito errada com a chamada globalização, pois os seus benefícios continuam distantes do cotidiano da maioria das pessoas.

A concentração das riquezas globais nas mãos de poucos é uma chaga que a financeirização aprofundou. Esse jogo de especulação onde o capital que nada produz consegue se multiplicar, associado a um Estado fraco e manipulado por agentes financeiros nacionais e internacionais, produziu um cenário de crise no qual não se consegue vislumbrar uma solução duradoura.

Enquanto na crise do capital industrial de 1929 a solução do problema foi introduzida e conduzida pelo Estado, na crise atual não se conhece quem será o agente do qual advirá a solução.

As pessoas são deixadas num estado de perplexidade e de incerteza no tocante ao futuro. Não há mais um Estado forte para o qual possam olhar em busca de socorro. Os detentores do capital financeiro movem-se com rapidez ao redor do globo e não esboçam qualquer preocupação em solucionar os problemas que afligem as grandes massas de despossuídos.

O capital financeiro não tem compromisso com o bem-estar social. Na crise das hipotecas de 2008, a intervenção do Estado controlado pelas

---

5 De acordo com o relatório da organização não-governamental OXFAM, intitulado "Recompensem o trabalho e não a riqueza", cujos dados foram reproduzidos no Jornal El País, de toda a riqueza que o mundo produziu em 2017, oitenta e dois por cento se concentrou nas mãos de um por cento mais rico da população mundial. Quanto aos cinquenta por cento mais pobres da população do mundo, absolutamente nada lhes foi destinado.

forças do capital financeiro socorreu os bancos em dificuldades. As pessoas que se encontravam perdendo as suas casas por não conseguirem honrar a dívida contraída foram deixadas à própria sorte e efetivamente perderam os seus imóveis. O socorro econômico se voltou apenas para os bancos. As pessoas, com os problemas gerados pelas hipotecas não liquidadas, foram esquecidas.

A falta de identificação de um agente capaz de atuar de forma relevante para resolver a crise atual é um problema maior do que a crise em si. Quando se tem segurança a respeito do “locus” no qual a solução do problema pode ser buscada, o espírito de incerteza inerente ao momento de transição vivenciado tende a ser minorado. Mas, quando se olha para o horizonte e não se enxerga um sinal de onde a solução do problema poderá partir, o que era incerteza torna-se desespero.

Apesar do aparente consenso que se tem formado atualmente no sentido de que a solução para a crise atual não se encontra no Estado, não vemos um agente como maior capacidade de atuação na busca de solução para a crise, apesar de todo o processo de fragilização a que ele foi submetido.

No entanto, para que o Estado assuma relevância na construção de soluções para a crise atual, é preciso superar a ideia de Estado mínimo e com capacidade de tributação limitada e exposta a constantes questionamentos, tal como se verifica atualmente.

É preciso que o Estado adquira novamente relevância na prestação de serviços básicos como saúde, educação, segurança e previdência. A atuação do mercado nesses segmentos não tem como foco solucionar as desigualdades sociais que dificultam o acesso de parcelas consideráveis da população a esses serviços. Ao contrário, movido pela intenção do lucro, a atuação dos agentes privados nesses segmentos da economia tende a aprofundar o quadro de desigualdades, excluindo os segmentos sociais mais vulneráveis.

Para a prestação a contento de serviços básicos de qualidade, a capacidade de tributação do Estado deve ser preservada. Não é admissível o discurso de que, sendo perdulário, o Estado é um agente a quem se deve direcionar a menor soma possível de recursos da coletividade. Não podemos esquecer que vivenciamos um quadro de concentração de renda elevado, no qual se reclama uma tributação que atue como elemento de redistribuição da renda concentrada nas mãos de poucos. Esses recursos, transferidos

para o Estado, precisam ser aplicados de forma adequada na prestação de serviços em favor da coletividade, em especial, dos menos assistidos.

Dizer que o Estado não é o agente adequado para prover a solução para a crise atual, quando não se consegue identificar qualquer um outro que possa trazer a solução almejada, significa deixar o clima de incerteza, próprio da crise, converter-se em desespero, tal como ressaltamos anteriormente e é em cenários assim, de massas sem esperança no futuro, que podem surgir os demagogos capazes de cativá-las e produzir grandes catástrofes como as que já se vivenciou na história.

Assim, entendemos que a solução para a crise atual ainda se encontra no Estado, que deve ter os seus instrumentos de atuação dos quais foi desapropriado devidamente restabelecidos, haja vista que o mercado já demonstrou que é capaz de produzir as crises, como se verificou no caso das hipotecas norte-americanas, mas é incapaz de solucioná-las sem a intervenção externa, que, naquela situação, partiu do Estado.

#### **4 CONCLUSÃO**

A crise decorrente do colapso do sistema de crédito hipotecário nos Estados Unidos, que teve o ano de 2008 como um marco temporal relevante, trouxe questionamentos a respeito de quem poderia atuar como agente produtor de soluções, diante de um cenário de Estados endividados, fragilizados e também desacreditados pela população e por agentes econômicos.

O que se verificou nos anos seguintes é que o mercado, hoje dominado pelo capital financeiro, que pode se locomover rapidamente ao redor do globo, reproduzir-se sem qualquer impacto produtivo na economia real, é incapaz de resolver as crises internas que produz no sistema financeiro, bem como solucionar os problemas próprios da globalização, como imigração, desigualdades e falta de assistência para segmentos importantes da população.

Na falta de identificação de um agente capaz de atuar de forma relevante na solução da crise atual, partimos da hipótese de que esse agente pode ser o Estado que, não obstante o processo de descrédito e perda de instrumentos de atuação na economia a que vem sendo submetido nos últimos tempos, ainda possui uma burocracia organizada e instrumentos que, se reabilitados, podem se converter em mecanismos adequados para atuação na crise, em especial no que se refere ao atendimento do

crescente número de desassistidos em direitos sociais, como educação, saúde, segurança e previdência.

Para isso, é importante que haja uma reversão no discurso de desconstrução do Estado que veio se disseminando nos últimos tempos, com a preservação de sua capacidade de tributar e regular os agentes econômicos em nível local e global.

Dispensar o Estado como agente capaz de atuar para solucionar o quadro de crise atual, deixando o capital financeiro livre para se reproduzir e gerar as suas crises, sem que se tenha um agente capaz de atuar para contorná-las, somente induzirá a criação de um cenário que rapidamente poderá passar da incerteza ao desespero, com consequências nefastas e imprevisíveis.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. - São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, David. *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAPAVITSAS, Costas. *El capitalismo financiarizado: expansión y crisis*. Traducción Diego Guerrero. Madrid: Maia, 2009.

MICKLETHWAIT, Jonh; WOOLDRIDGE, Adrian. *A quarta revolução: a corrida global para reinventar o Estado*. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

PAINCEIRA, Juan P. Los países em desarrollo en la era de financiarización: de la acumulación del déficit a la de reservas en divisas. In: MORERA, Carlos et. al. *La crisis de la financiarización*. México: UNAM, 2011. p. 309-358.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROSSI, Marina. 2017: o ano do maior aumento de bilionários da história. *El País*, Madri. 22 jan. 2018. Economia. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/17/economia/1516220669\\_272331.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/17/economia/1516220669_272331.html)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

